

UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL NA LÍNGUA PORTUGUESA¹

A REFLECTIVE CRITICAL EYE ON VERBAL AGREEMENT IN THE PORTUGUESE LANGUAGE

**Matheus Mario da Costa²
Nilsa Teresinha Reichert Barin³**

RESUMO

O ensino de sintaxe da língua portuguesa tem sido limitado pelo fato de as análises partirem de estruturas superficiais e regras, conforme a gramática tradicional, que impõe normas sobre o uso da língua ao invés de analisar a origem das estruturas sintáticas que, em muitos casos, apresentam incoerências. Com o objetivo de fazer um estudo crítico sobre a concordância verbal na língua portuguesa, apontando problemas de análise e emprego, foram avaliadas questões sobre a concordância verbal em provas de língua portuguesa, aplicadas em vestibulares de quatro instituições de ensino superior de Santa Maria – RS. Com base nas questões e nos gabaritos, foi feito um paralelo entre a gramática tradicional e a gramática descritiva, apontando vantagens e desvantagens de ambas e, à medida do possível, algumas contribuições para futuras reflexões a respeito.

Palavras-chave: gramática descritiva, concordância verbal, gramática normativa.

ABSTRACT

The teaching of syntax in the Portuguese language has been limited by the fact that the analysis arose from the surface structure and from the rules of traditional grammar which imposes norms about the use of the language instead of analyzing the origin of syntactic structures which, in many cases, present incoherence. With the aim of conducting a critical study on verbal agreement in the Portuguese language, pointing out problems of analysis and use, questions about verbal agreement in tests of the Portuguese language were evaluated. These questions were taken from entrance examinations of four institutions of higher education in Santa Maria, RS. Based on the questions and their answer keys, a parallel between the traditional gram-

¹ Trabalho Final de Graduação.

² Aluno do Curso de Letras - UNIFRA.

³ Orientadora.

mar and the descriptive grammar was drawn, pointing out the advantages and disadvantages of both and, as far as possible, some contributions for future reflections.

Key Words: descriptive grammar, verbal agreement, normative grammar.

INTRODUÇÃO

As dificuldades encontradas pelos alunos e professores no estudo da sintaxe resultou no interesse pela temática deste trabalho que tem, como objetivo, a realização de uma análise crítico-reflexiva de algumas das várias regras de concordância verbal existentes.

Se o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem e o professor não sabe como aguçar a curiosidade do corpo discente e facilitar o ensino, é preciso avaliar o contexto. Para isso, foi feita uma análise da gramática tradicional, verificando-se uma crescente imposição de regras e exceções. As regras gerais seguem a gramática histórica, havendo apenas um grande aumento de casos especiais e a falta de critérios de análise: ora é sintática ora é semântica.

Com isso, surge, no último século, a gramática descritiva que procura descrever a estrutura sintática, simplificando o emprego de normas. Entretanto, é uma teoria recente e em constante avanço, mas que tem apresentado um apuro na análise, principalmente por buscar maior abstração e tratar-se de uma disciplina científica, como argumenta Bechara (2000). Essa troca de informações e de métodos que propicia um melhor entendimento da língua favorece uma abordagem tanto no campo semântico (gramática tradicional) como no sintático (gramática descritiva).

Primeiramente, será apresentada uma fundamentação teórica, citando-se estudiosos como Bechara (2000), Cunha & Cintra (2002), Lapa (1979), Perini (2000), Said Ali (1965), entre outros. As regras gramaticais tanto tradicionais como descritivas que, em sua maioria, seguem uma análise crítica, mostram alguns aspectos que podem gerar dificuldades no ensino, pois não basta apenas buscar novos recursos metodológicos, é preciso revisar a doutrina sobre a qual se baseia o ensino de Língua Portuguesa.

Em seguida, serão analisadas algumas questões sobre concordância verbal nas provas de vestibulares de quatro instituições de ensino superior de Santa Maria – RS, fazendo uma análise da teoria utilizada na presente pesquisa. O que se pretende é mostrar a necessidade de revisão da doutrina gramatical existente, via inserção de novas abordagens, com o intuito de avaliar a análise não apenas sob a ótica normativa, mas através de descri-

ções lingüísticas que a escola, em geral, não contempla.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O ensino de sintaxe da Língua Portuguesa está evoluindo gradativamente, visto que os estudos lingüísticos recentes têm apresentado uma série de incoerências adotadas pela gramática tradicional, buscando apresentar soluções para as mesmas. Esses teóricos que, a partir de meados do século XX, analisam a estrutura da Língua Portuguesa de forma descritiva, seja no âmbito da morfologia, da sintaxe, etc, condenam a imposição de regras que não explicam suas origens.

Para BECHARA (2000),

a gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve um sistema lingüístico em todos os seus aspectos. (...) Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos como modelares da exemplaridade idiomática...(p. 52).

Acrescenta ainda que “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (p. 52).

Sabe-se que a Língua Portuguesa teve origem, principalmente, do latim vulgar, sofrendo alterações como a eliminação dos casos, das declinações, etc. A partir dessas variações lingüísticas, entre outras, tem-se atualmente a língua falada e escrita pelo povo brasileiro. Também é de consenso geral entre os lingüistas que, além da língua culta, existem os dialetos regionais que, de forma gradativa, influenciam a evolução da Língua Portuguesa.

Com base na evolução da língua materna, é possível verificar que não se deve levar em conta apenas os “escritores corretos”, “gramáticos” e “dicionaristas esclarecidos”, mas realizar uma análise descritiva da língua como um todo, seja a popular ou a culta, pois a idéia tradicional de “erro” já é vista de outra forma, o que será mostrado posteriormente nesse trabalho.

Outro ponto importante a ser esclarecido são as diversas possibilidades de análise da estrutura frasal, fato gerador de contradições em estudos tradicionais. Quando se analisa um texto ou uma frase, deve-se levar em conta qual ponto será observado, pois os próprios lingüistas mostram divergências entre gramática tradicional, gramática descritiva e estilística. Para aquela, a desobediência de uma regra é considerada um erro, enquanto que para a gramática descritiva e a estilística “não há propriamente erros, por-

que para os maiores desvios é achada uma determinante psicológica natural” (LAPA, 1979, p. 216).

Para Bechara (2000), cabe à gramática estudar os aspectos da comunicação no enunciado, por meio da estrutura frasal e as relações exercidas por seus constituintes. Já a estilística estudará os aspectos afetivos que caracterizam a linguagem emotiva, voltada para a criação estética e metaforizada. Conforme LAPA (1979), “a estilística tem por missão explicar, esclarecer; a Gramática sistematiza e impõe normas, muitas vezes com rigidez excessiva” (p. 216).

Nas questões de concordância nominal e verbal, a gramática tradicional se contradiz em alguns pontos, pois ora se utiliza da estrutura frasal ora das idéias expressas. Um exemplo a ser destacado é o caso dos coletivos, pois, conforme o caso, o verbo pode estar no singular ou plural.

(1) Um bando de pássaros sobrevoou a cidade.

(2) Um bando de pássaros sobrevoaram a cidade.

No exemplo (1), o verbo está em relação de concordância com o núcleo do sujeito “bando”, motivo pelo qual está no singular. Porém é aceita a possibilidade de o verbo estar no plural, se for acrescido ao núcleo do sujeito um adjunto adnominal no plural, como no exemplo (2). Entretanto, o verbo não estará concordando com o núcleo do sujeito, contrariando a principal tese de que o sujeito e o verbo devem concordar em número e pessoa. O exemplo (2) é analisado com base na estilística, sob o enfoque da quantidade expressa, ou seja, grande número de pássaros.

(3) Um milhão de pessoas assistiu ao filme.

Comparando-se o exemplo (3) com o (1) e o (2), verifica-se que não há propriamente diferença estrutural entre as frases, nem mesmo de sentido, pois as respectivas frases indicam relação de quantidade. O exemplo (3), porém, só admite o verbo no singular, ao contrário dos demais.

A análise dessas estruturas, entre outras, serão enfocadas neste trabalho, comparando-se a abordagem da gramática tradicional e da gramática descritiva com vistas à estrutura gramatical na tentativa de fornecer dados sobre as divergências metodológicas atuais e a necessidade de mudanças no ensino. Para isso, será feito um recorte entre os muitos casos de concordância verbal abordados pelas gramáticas em geral, principalmente, pela tradicional.

A GRAMÁTICA TRADICIONAL

A concordância, para Bechara (2000), “consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (p. 543). Conceito semelhante se verifica nas demais gramáticas tradicionais e também na histórica, como se observa em Said Ali (1965). Pode ser nominal, quando ocorre entre adjetivos, pronomes, artigos, numerais, partículas (funcionando como adjetivos) e substantivos, ou verbal, quando ocorre entre o sujeito e o verbo.

Além desses conceitos gerais, Cechara (2000) estabelece que a concordância pode ser de palavra para palavra ou de palavra para sentido. Quando for de palavra para palavra, poderá ser parcial ou total, conforme concorde com a totalidade dos termos ou com a palavra mais próxima. Esse caso ocorre, em geral, quando o verbo ou o adjetivo se encontra antes do determinado (elemento que determina a concordância dos demais termos).

Na gramática histórica, encontram-se as regras gerais que regem a concordância nominal e verbal, bem como vários casos especiais. Fazendo-se uma comparação com a gramática normativa, pode-se perceber que houve apenas o acréscimo de exceções quanto às possibilidades de concordância, permanecendo, em geral, a mesma abordagem e normatização. Dessas exceções, poucas são as explicações sobre o porquê das regras. Nesse ponto, entra a estilística defendendo que, conforme Lapa (1979), “a concordância é um campo muito vasto, em que certas combinações da inteligência, da imaginação e da vontade andam constantemente em briga com a lógica gramatical” (p. 217).

Sistematizando o trabalho, revisar-se-ão alguns casos de concordância verbal adotados pela gramática tradicional. Tendo em vista ser um campo vasto, como bem atesta Lapa (1979), a discussão a respeito desse assunto certamente não se esgotará aqui.

CONCORDÂNCIA VERBAL

O estudo sobre concordância verbal baseia-se, principalmente, em dois termos da oração: o sujeito e o predicado.

Em Cunha & Cintra (2001), encontra-se a seguinte definição: “o sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito” (p. 122). Além desse conceito, o sujeito pode ser simples – quando possui somente um núcleo; composto – quando possui mais de um núcleo; oculto – quando não está materialmente expresso na oração; indeterminado – quando se desconhece quem pratica a ação; ou oração sem sujeito – não há sujeito.

Said Ali (1965) especifica que “o verbo, variável em número e pessoa, se empregará com a terminação que se harmonizar com o respectivo sujeito” (p 279). Ou seja, ocorrerá a concordância verbal quando o sujeito determinar a flexão do verbo, para que ambos apresentem uma relação de harmonia. Se houver discordância entre número e pessoa, a flexão do verbo deverá ser corrigida.

Cunha & Cintra (2001) definem as seguintes regras gerais de concordância verbal:

1. com um só sujeito: o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido:

(4) O menino ganhou um prêmio.

(5) Os meninos ganharam um prêmio.

2. com mais de um sujeito: o verbo que possui mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural e, quanto à pessoa, obedecerá à menor pessoa da frase (1ª, 2ª ou 3ª).

(6) Maria e eu fomos passear na praia.

(7) Tu e Maria fostes passear na praia.

(8) Maria e Pedro foram passear na praia.

O verbo da frase (7) pode ser usado na 3ª pessoa do plural devido ao desuso do pronome *vós* e à constante troca do pronome *tu* por *você*. Exceção acrescida devido ao uso popular, emprego que contraria a definição de Bechara (2000) relativo à obediência ao uso e autoridade dos “gramáticos”, “escritores corretos” e “dicionaristas esclarecidos”.

Ora, se o verbo deve variar conforme o número e pessoa do sujeito, como será o predicado das orações sem sujeito? São questões que apresentam complexidades, solucionadas com imposição de normas.

Em Baccega (2002), encontram-se outras regras também consideradas gerais:

3. sujeito indeterminado: o verbo é usado na terceira pessoa do plural, desde que o contexto não informe quem são “eles”.

(9) Foram passear na praia.

Ou, ainda, na terceira pessoa do singular, acompanhado de *se* – índice de indeterminação do sujeito. Para isso, o verbo deve ser intransitivo, transitivo indireto ou de ligação.

(10) Precisa-se de trabalhadores honestos.

No exemplo (9), o verbo está na terceira pessoa do plural, porém o pronome que indica a pessoa não é de nível oracional, motivo pelo qual o sujeito é indeterminado. Entretanto, Said Ali (1965) refere que:

a concordância não é, como parecerá à primeira vista, uma necessidade imperiosa ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero, número ou pessoa já marcados no termo determinado ou de que se fala, é antes uma redundância. (p. 279)

Nos exemplos,

(9) Foram passear na praia.

(9a) Eles foram passear na praia.

conforme as palavras de Said Ali, a utilização do pronome “eles”, na frase (9a), é uma redundância, pois o determinado “verbo” já possui as marcas de número e pessoa. Contudo, para a gramática tradicional, a simples omissão ou colocação do pronome que rege o mesmo verbo com as mesmas marcas de número e pessoa de ambas as frases muda a classificação da oração. Em (9), tem-se um sujeito indeterminado; já em (9a), tem-se um sujeito simples. Estruturalmente, tanto (9) como (9a) possuem a marca de terceira pessoa do plural indicada pela desinência verbal; e, semanticamente, ambas as frases explicitam a indeterminação de quem pratica a ação verbal.

Em

(9b) Fomos passear, o sujeito é considerado oculto, pois o termo que rege o verbo não é de nível oracional. Entretanto há a marca do pronome “eu” no verbo, o que mostra a existência de um sujeito simples. Então, por que a frase (9) não pode ser analisada da mesma forma que (9b), pois também possui um sujeito oculto, representado pelo pronome “eles”? Sintaticamente, ambas as frases são semelhantes e, semanticamente, estando ou não o pronome “eles” explícito, a indeterminação do sujeito se mantém. São algumas contradições apresentadas pela norma.

4. Oração sem sujeito: são orações formadas por verbos impessoais. A oração deixa de ter o sujeito gramatical e o verbo é empregado na terceira pessoa do singular. Dos verbos impessoais, existem os que indicam fenômenos da natureza, o verbo *haver* no sentido de existir e os verbos *fazer*, *estar*, *haver* e *ir* indicando tempo cronológico ou meteorológico.

(11) Trovejou.

(12) Faz três dias que ele chegou.

(13) Havia vários garotos na festa.

Além das regras gerais apontadas, há mais de quarenta possibilidades de concordância verbal. Esses casos, considerados especiais, podem ser verificados em Bechara (2000) e Cunha & Cintra (2001), de cujos livros foram retiradas algumas regras que serão apresentadas a seguir.

1. Nas orações que possuem mais de um sujeito, o verbo pode vir a concordar com o sujeito mais próximo:

a. quando os sujeitos vêm depois do verbo:

(14) Volta à tarde o menino e seu pai.

b. se os núcleos do sujeito são sinônimos (ou quase sinônimos):

(15) A paz e a tranqüilidade reina naquele lugar.

Nesse exemplo, verifica-se a existência de dois núcleos do sujeito (“paz” e “tranqüilidade”), portanto um sujeito composto. Pela regra geral, o verbo deveria estar no plural para concordar com o sujeito. Entretanto, a gramática tradicional o mantém no singular, levando em consideração o sentido expresso pelos núcleos do sujeito. Existe aí uma interpretação ideológica e não gramatical.

c. se os núcleos do sujeito formam uma enumeração gradativa:

(16) Um gesto, um movimento, um passo pode incriminá-lo.

O emprego do verbo no singular, nesse exemplo, também insere a idéia de que os movimentos expressos na frase são analisados pelo sentido que veiculam, como se cada atitude ocorresse isolada, passando o verbo a concordar com o último elemento da série de termos empregados. Partindo do princípio de que o sujeito e o verbo devem estar em relação de concordância, qual a função que a gramática tradicional daria para “um gesto” e “um movimento”, visto que só “um passo” está concordando com o verbo? A gramática descritiva apresenta uma solução para questões dessa natureza, como será visto adiante.

d. se os núcleos do sujeito forem resumidos por pronomes indefinidos:

(17) A ameaça, o terror, a agressão, nada o detém.

Nesse caso, segundo a gramática tradicional, o pronome indefinido assume o papel de aposto resumidor, determinando a concordância para o

verbo. A questão é: se o pronome concordará com o verbo, quais os papéis sintáticos de “a ameaça”, “o terror”, e “a agressão”? Outro ponto a destacar é que a palavra empregada como aposto deve ser colocada entre vírgulas, adicionando ou resumindo idéias anteriores. Entretanto, na frase (17), não foi empregada a vírgula logo após o pronome, o que também rompe com o emprego de palavras na função apositiva. Esses questionamentos e a falta de explicação sobre o uso de determinadas regras contradizem outras existentes, como a da própria concordância verbal.

2. Quando os sujeitos forem dois ou mais infinitivos, o verbo fica no singular:

(18) Falar e escrever era a mesma coisa.

O infinitivo pode ser empregado como verbo ou como nome. Como verbo, determinará quantas orações existem no período, além de determinar outras funções. Quando usado como nome, poderá exercer funções nominais em uma frase e, nesse caso, terá seu emprego semelhante ao substantivo. Ao serem analisados os constituintes de (18), verificar-se-á que “falar e escrever” ocupam a posição de sujeito, com dois núcleos: “falar” e “escrever”. Dessa forma, a respectiva oração possui um sujeito composto, devendo ter seu verbo no plural para concordar com o determinado. Porém, a regra impõe que o verbo seja usado no singular, o que contraria a noção de concordância verbal.

3. Sujeito formado por nomes próprios usados no plural: esses nomes são tratados como singular, mas se vierem acompanhados de artigo, irão para o plural.

(19) Minas Gerais possui grandes indústrias.

(20) As Minas Gerais possuem grandes indústrias.

Comparando a frase (19) e (20), nota-se que o verbo está obedecendo ao artigo e não ao núcleo do sujeito “Minas Gerais”. Este, usado sem artigo, corresponde a um nome no singular, mas se for utilizado com artigo, passa a ser considerado como um nome no plural. Como pode uma mesma palavra mudar de flexão somente com o uso do artigo sem serem alteradas as características semânticas de cidade brasileira? Na regra de emprego do artigo diante de nomes próprios geográficos, Bechara (2001) acrescenta que “entre nós, dispensam artigo os nomes dos seguintes Estados: Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Sergipe” (p. 155). Nota-se que o emprego do artigo nesses casos é normalmente facultativo, variando, muitas vezes, de gramático para gramático

o que confirma a existência de incoerências nas regras existentes. Por exemplo, enquanto Bechara (2001) descreve que a palavra “Minas Gerais” dispensa artigo, Cunha & Cintra (2002) determinam que “não se usa, porém, com artigo: Minas Gerais” (p.228).

4. Pronome relativo “que” e “quem” como sujeito: se o sujeito é o pronome “que”, o verbo concorda com o antecedente desse pronome; no caso de “quem”, o verbo pode ficar na 3ª pessoa do singular ou concordar com o antecedente.

(21) Hoje sou eu que começo a partida.

(22) Foram os meninos quem quebraram a vidraça.

(23) Foram os meninos quem quebrou a vidraça.

Como a própria regra determina, o pronome relativo substitui o nome antecedente a fim de evitar redundância na frase, motivo pelo qual a concordância se dá com o termo antecedente. Mas, no caso do pronome “quem”, há uma exceção quanto à concordância, pois ele não é obrigado a concordar com o termo antecedente, tendo em vista a possibilidade de permanecer na 3ª pessoa do singular, como no caso da frase (23). Essa concordância contraria a definição do pronome relativo, uma vez que não há termo com quem o verbo concorde e o pronome que deveria funcionar como sujeito, não permitirá uma harmonização com o verbo, devido a diferenças de número e pessoa. As exceções na concordância verbal, muitas vezes, são adotadas contrariando conceitos morfológicos e até mesmo sintáticos, como é o caso de (22).

5. *A maior parte de, grande número de* + substantivo ou pronome no plural: o verbo poderá aparecer no singular ou plural.

(24) A maioria dos alunos acertou a questão.

(25) A maioria dos alunos acertaram a questão.

A frase (25) desobedece à regra geral da concordância, como afirma Cunha & Cintra, pois o verbo se harmoniza com o adjunto adnominal e não com o núcleo do sujeito. A expressividade defendida pelos estilistas ganha destaque, visto que é sobre ela que foi feita a concordância, isto é, quanto à quantidade de alunos.

6. Quais de nós, quantos de vós: se o pronome interrogativo ou indefinido estiver no singular, o verbo fica na 3ª pessoa do singular; se o pronome interrogativo ou indefinido estiver no plural, o verbo pode ficar na 3ª

pessoa do plural ou concordar com a expressão introduzida por *de* ou *dentre*: nós/vós.

(26) Qual de nós contou a verdade a ela.

(27) Quais de vós contaram a verdade a ela.

(28) Quais de vós contastes a verdade a ela.

Nas frases (26), (27) e (28) há uma incoerência quanto à concordância do verbo. Se o pronome interrogativo que funciona como sujeito estiver no singular, o verbo permanecerá no singular, havendo uma relação de harmonização entre o sujeito e o verbo. Se o pronome, vier no plural, há duas concordâncias possíveis. A primeira será a verdadeira relação entre o sujeito e o verbo, estando o verbo na 3ª pessoa do plural. Entretanto, é possível que o verbo venha a concordar com a expressão “de vós”, que funciona como adjunto adnominal do constituinte sujeito. São incoerências que multiplicam os casos especiais de concordância sem uma explicação sobre o porquê de seu emprego, já que o único elemento que mantém relação de concordância com o verbo é o sujeito e não adjuntos adnominais. Essa tese é defendida por Perini (2000) e será tratada na seção seguinte.

7. Um dos + pronome relativo “que”: o verbo poderá ficar no singular ou ir para o plural.

(29) José foi um dos que acertou a questão. (de raro emprego)

(30) José foi um dos que acertaram a questão.

A concordância verbal em orações formadas por “um dos que” é outro ponto conflitante das várias regras impostas pela gramática normativa. Essa expressão que corresponde a “um daqueles os quais” emprega o verbo normalmente no plural, concordando com o pronome demonstrativo “daqueles”, mas admite também o emprego do verbo no singular.

Como foi visto anteriormente, a concordância do pronome relativo deve obedecer a seu termo antecedente, pois é a quem o pronome retoma. No entanto, ao aceitar a possibilidade de usar o verbo no singular, há uma falha no emprego do pronome relativo “que”. Chegando-se a um nível maior de abstração, tem-se a seguinte frase:

(30a) José foi um (homem) daqueles (homens) que acertaram a questão.

A partir de (30a), verifica-se que o pronome relativo retoma “homens” marcado em nível oracional pelo pronome demonstrativo “aqueles”. Mas é necessário lembrar que o termo que está em relação de concordância com o verbo é o pronome relativo “que”, o qual funciona como sujeito da

oração. Além disso, é preciso apontar que existem duas orações na estrutura superficial de (30a), oriundas da seguinte estrutura profunda:

- (a) José ser um dos homens X.
- (b) Alguns homens acertar a questão.

em que o sintagma “os homens” foi substituído pelo pronome demonstrativo e a oração (b) foi encaixada na posição X (pró-forma que representa a posição onde será encaixada a oração). Ao realizar o encaixamento, o sintagma “alguns homens” foi substituído pelo pronome relativo. Dessa forma, verifica-se que o emprego do verbo no singular não obedece aos critérios morfológicos e sintáticos do pronome relativo, termo que está em relação de concordância com o verbo tanto em (29) e (30).

8. Um e outro: o verbo pode ficar no singular ou ir para o plural.

(31) Um e outro estudante pretende morar lá.

(32) Um e outro estudante pretendem morar lá.

Nas frases (31) e (32), há outro caso interessante, pois é possível que o verbo seja empregado no singular ou no plural para “concordar” com o sujeito - formado de “um e outro”. Se o verbo estiver no plural, obedece aos padrões da concordância, pois se têm dois núcleos do sujeito, isto é, “um estudante” e “outro estudante”. Mas, como é possível que o verbo seja usado no singular se a frase possui um sujeito composto com dois núcleos? Talvez a resposta seja que, neste caso, a idéia é de exclusão. Pois bem, aí haverá uma concordância ideológica e não gramatical.

9. Núcleos do sujeito ligados por “com”: quando se pretende dar a mesma importância a todos os núcleos, o verbo irá para o plural; quando se pretende valorizar mais o primeiro, o verbo fica no singular.

(33) O pedreiro com seu ajudante chegou cedo.

(34) O pedreiro com seu ajudante chegaram cedo.

Ao se analisar as frases (33) e (34), é necessário fazer algumas observações: a) qual é o sujeito sintático dessas frases? b) Qual é o papel sintático de “com seu ajudante”? Ao responder à questão “a”, pode-se dizer que é “o pedreiro com seu ajudante”. Mas e quanto a “b”? Nesse caso, a gramática tradicional aponta duas possibilidades. Uma é ser o segundo núcleo do sujeito composto, pois o verbo irá para o plural. Só que há um problema: o núcleo do sujeito não aceita preposição. Nesse caso, a resposta seria que a preposição “com” assume papel de conetivo de adição.

A segunda possibilidade é a do sintagma “com seu ajudante” funcio-

nar como adjunto adverbial de companhia. Dessa forma, existirá apenas um núcleo do sujeito e, assim, o verbo permanecerá no singular, como em (33). São problemas como esse que dificultam o ensino da Língua Portuguesa, sendo necessária uma revisão conceitual dos critérios adotados em nossas gramáticas.

10. Verbos que indicam horas: o verbo concorda com o número das horas.

(35) São duas horas.

Este caso é outro dos vários citados pela gramática tradicional que contraria a regra geral. O verbo *ser*, quando indica horas, é considerado impessoal. Assim, a norma determina a frase (35) como oração sem sujeito. Mas, também define que o verbo concordará com o numeral que indica o número de horas. Dessa forma, há um sintagma que faz com que o verbo varie para haver a concordância. Entretanto, esse sintagma não é o sujeito, mas um complemento. Como é possível que o ensino de sintaxe da Língua Portuguesa seja bem aceito pelos alunos, se não há uma explicação coerente sobre a estrutura sintática da língua? E a que existe apresenta várias contradições normativas e conseqüente aumento de exceções? É necessária uma revisão da doutrina aplicada para que o ensino da língua materna seja discutido com maior segurança. Enquanto isso, é e deve ser de competência do professor apontar esses “conflitos” aos alunos antes que eles, por si mesmos, o façam.

Outro caso que fere a abordagem principal sobre a concordância entre o sujeito e o verbo são os possíveis empregos do verbo *ser*. Segundo Baccaga (2002), a concordância do verbo *ser* pode ocorrer com o sujeito ou com o predicativo. Seguem alguns casos:

1. Se o verbo *ser* aparecer entre dois nomes de números diferentes, o verbo pode ser empregado no singular ou no plural, sendo este o preferível.

(36) Aquele vestido eram retalhos.

(37) Aquele vestido era retalhos.

Nesse caso, a concordância é entre o verbo e o predicativo. Esse emprego do verbo “*ser*”, bem como outros existentes e que serão vistos a seguir, também é definido na gramática tradicional, conforme Bechara (2000), Cunha & Cintra (2001) ou Baccaga (2002).

2. O sujeito formado por expressão numérica, considerada como um todo indivisível, leva o verbo ao singular.

(38) Vinte e um anos é sinal de maioridade.

3. Com os pronomes demonstrativos ou pronomes indefinidos funcionando como sujeito, o verbo concordará com o predicativo.

(39) Isto são as belezas da vida.

4. Se o sujeito for formado por coletivo ou palavras partitivas, o verbo concorda com o predicativo.

(40) Grande parte eram mesquinhos.

5. Se o predicativo nomear parte do corpo da pessoa referida no sujeito, o verbo concorda com o predicativo.

(41) O menino eram duas pernas de boa corrida.

6. Quando o verbo ser é acompanhado de *muito, pouco, mais de, menos de, tanto*, referindo-se a preço, peso, quantidade e medida usa-se o verbo no singular, independente do número em que estiver o sujeito (singular ou plural).

(42) Duzentos quilos é pouco para nós.

Dos exemplos e casos citados, verifica-se a complexidade do assunto bem como várias divergências apresentadas pela gramática tradicional. Inicialmente, define que a concordância verbal ocorre pela variação do verbo em gênero e pessoa para se harmonizar com o sujeito. Entretanto, acrescenta várias exceções, como foi visto anteriormente e, em alguns casos, faz o verbo concordar com o predicativo, o artigo, o numeral ou o adjunto adnominal.

A necessidade de reformulação de conceitos é evidente, pois se a cada caso que não se encaixa na regra geral for acrescentada uma exceção, chegará um momento em que nem os próprios gramáticos saberão quantos casos especiais existem na Língua Portuguesa.

A CONCORDÂNCIA VERBAL SEGUNDO A GRAMÁTICA DESCRITIVA

A gramática descritiva utiliza certos traços apresentados pelos sintagmas, como de concordância verbal, concordância nominal, anteposição, entre outros, para determinar as funções exercidas por eles em uma estrutura frasal. Esse traços são determinados por rótulos e restrições que os sintagmas apresentam, obedecendo a certos paradigmas. Com o propósito de simplificar o ensino da Língua Portuguesa, ao se analisar uma estrutura frasal, são avaliados esses mecanismos universais para verificar a aceitabilidade ou não da frase, os quais serão tratados a seguir, em frases

como

(43) Aqui moram João e Maria.

(44) Aqui mora João e Maria.

Tradicionalmente, ambas as frases são aceitas e possuem um sujeito composto. A explicação parte do ponto de que o exemplo (43) utiliza o verbo na terceira pessoa do plural pela existência de dois núcleos do sujeito. Já, no exemplo (44), o verbo é flexionado na terceira pessoa do singular porque o sujeito é posposto, admitindo-se a concordância do verbo como o termo mais próximo.

Entretanto, Perini (2000) apresenta outra abordagem sobre tais frases. Em (43), há um SN - sujeito, formado por dois núcleos “João” e “Maria”, portanto um sujeito composto, marcado pelo uso do verbo na terceira pessoa do plural. No caso de (44), com o verbo sendo usado na terceira pessoa do singular, admite-se a existência de dois SNs, isto é, o sintagma nominal “João” e o sintagma nominal “Maria”. Sob esse prisma, a frase ficaria da seguinte forma:

(44a) Aqui mora João e mora Maria.

Sobre as frases com sujeito composto posposto e o emprego do verbo no singular, Lapa (1979) explica que “esta antecipação [do verbo], própria da linguagem oral, impôs-se depois à linguagem escrita” (p. 224). Avaliando-se a abordagem da gramática normativa e da descritiva, há maior coerência no postulado por Perini para frases como a (44), pois, no momento em que o falante comunica um fato, utiliza, normalmente, o verbo no singular, inserindo conseqüentes pausas e acréscimos de dados na fala popular. Quando isso acontece, o falante emprega, inicialmente, o verbo na terceira pessoa do singular, omitindo-o nas demais ações. Perini (2000) acrescenta, ainda, que “uma vírgula entre os dois SNs em (44) é muito mais aceitável do que se a seqüência estivesse claramente em função de sujeito” (p. 186). O emprego dessa vírgula indicaria a pausa que, normalmente, ocorre na língua falada e que, conforme Lapa, passou a ser utilizada na escrita.

(44b) Aqui mora João e, Maria.

Sobre o exposto, há ainda alguns problemas de normatização:

a. Lapa (1979) defende que a antecipação do verbo é própria da linguagem oral a qual foi imposta à escrita. Entretanto, na mesma página (224), trabalha sobre a posposição do sujeito, fato este também abordado na gramática tradicional, mostrando a complexidade do assunto e contradições nos pontos de vista adotados.

- b. Tradicionalmente, o sujeito é um sintagma nominal que determina a concordância tanto do verbo como dos adjuntos adnominais. Mas, há frases que não possuem sujeitos, como nas orações sem sujeito.
- c. O verbo é o único sintagma que sempre aparece explícito nas orações. Pode-se dizer que o verbo seja, talvez, o único elemento realmente obrigatório da frase.
- d. Para se classificar, sintaticamente, o sujeito e os demais sintagmas da oração, a pergunta é feita ao verbo, o qual determinará as funções dos demais termos.

Uma questão conflitante e necessária é a definição sobre qual sintagma comanda a oração, ou seja, quem é o centro da oração. Segundo a gramática tradicional, é o sujeito; já, para a gramática descritiva, é o verbo.

Atualmente, lingüistas contemporâneos como Perini (2002) e CARONE (2001) argumentam sobre a importância do verbo, sendo ele o centro da oração.

Tesnière (1969), *apud* Carone (2001), relata que:

a palavra que “amarra” outra(s) a si, como subordinada(s), forma, com ela(s), um “nó”; e o verbo, ao qual todas se prendem, imediata ou mediatamente, constitui o “nó dos nós”. É o centro da oração, como o Sol é o centro do Sistema Solar, diz o lingüista, meio dado a poeta. Aliás, a prática tradicional de análise intui esse fato, quando aconselha a identificar os verbos de um período, como primeiro passo para a delimitação e separação de orações (p.61).

Quanto ao sujeito, Pontes (1986) destaca a dificuldade de se conceituar sujeito, bem como a diversidade do universo lingüístico. Com base em Wittgenstein, a autora destaca:

A visão clássica estabelece que cada conceito tem um conjunto de traços necessários e suficientes; no entanto, por mais que se tentasse, não se conseguiu até hoje descobrir traços definidores de muitos conceitos. (...) O fato de não se ter conseguido encontrar traços definidores não significa que eles não existam (p. 103).

Concordância verbal na visão descritiva

Ao examinar o fenômeno da concordância verbal, Perini (2000) registra que “tradicionalmente entende-se a concordância verbal como um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações” (p. 186). Assim se o verbo não concordar em número e pessoa com o sujeito, ocorre a inaceitabilidade da frase, devendo ser modificado o verbo de maneira que passe a concordar com o sujeito.

A visão da gramática descritiva, segundo Perini (2000), é diferente, pois argumenta que o verbo é um termo inalterável na oração. Se não ocorre a harmonia entre o Ndp (núcleo do predicado) e o SN (sintagma nominal), é porque a frase está mal formada e aquele SN possui outra função dentro da oração que não a de sujeito. Para analisar os casos considerados como erros de concordância pela gramática tradicional, serão utilizados alguns mecanismos que explicitem os casos de concordância verbal.

Rotulação dos SNs de nível oracional

Perini (2000, p.187-188) destaca os seguintes rótulos:

- (a) Um SN que estiver em relação de concordância com o núcleo do predicado é sujeito;
- (b) um SN (com traço [+Q] que não é sujeito é objeto direto - OD);
- (c) quanto ao objeto direto:
 - (c.a) se é um clítico, é um OD clítico;
 - (c.b) se não é clítico, então:
 - (c.b.1) se vem depois do Ndp, é um OD não-topicalizado;
 - (c.b.2) se vem antes do Ndp e contém um elemento Q, é um OD-Q; e, se vem antes do Ndp, e não contém um elemento Q, é um OD topicalizado.

Observação:

- (a) Os clíticos são os pronomes oblíquos átonos.
- (b) Os elementos *Q* envolvidos são (*o*) *que*, *quem*, *o qual* e SNs introduzidos por *que*, *qual*, *quanto(s)*.

(45) Os garotos ganharam um brinquedo.

Suj OD não-topic

(46) Um brinquedo, os garotos ganharam.

OD topic Suj

(47) Quantos brinquedos os garotos ganharam?

OD-Q

Suj

(48) Os garotos o venderam.

Suj OD clítico

“Erros de concordância”

Os “erros de concordância” considerados pela gramática tradicional ocorrem quando o Ndp não concorda com o sujeito, devendo-se modificar o verbo para se harmonizar com o sujeito. A gramática descritiva defende a hipótese de não se alterar o verbo, até porque é o único elemento obrigatório na frase. Nesses casos, o que ocorre é má estruturação da oração, como será visto adiante.

(49) *O garoto ganharam um brinquedo.

Nessa frase, verifica-se que não há sujeito em nível oracional e a frase apresenta dois objetos diretos, um topicalizado (o garoto) e um não-topicalizado (um brinquedo). Em (49), segundo a gramática descritiva, não há erro de concordância, mas má estruturação, pois a inaceitabilidade da mesma é quanto à existência de dois objetos diretos. Quanto ao sujeito, nota-se que o mesmo não se encontra em nível oracional, mas está marcado pela terceira pessoa do plural. Ao invés de se modificar o verbo para concordar com o SN ‘o garoto’, provável sujeito da oração, como propõem as regras tradicionais, deve-se organizar a frase de modo que ela seja aceitável, podendo ficar como em (50), sem alteração do Ndp.

(50) Ganharam um brinquedo do garoto.

Restrição de transitividade (RT)

Para evitar problemas na formulação de frases, Perini (2000) adota a seguinte restrição: “a estrutura de uma oração precisa respeitar as condições de transitividade do verbo que ocupa seu Ndp” (p. 189). Assim não podem existir em uma mesma frase dois objetos diretos ou dois objetos indiretos. Se assim ocorrer, é porque ela está malformada.

A restrição de transitividade não está fundamentada em acusar “erros de concordância”, mas em estabelecer critérios para que a frase seja aceita gramaticalmente. Se for tomada como base a língua falada pelo povo, normalmente, a indicação de vários elementos pertencentes à mesma ação, ou é relatada, como foi descrito anteriormente no exemplo (44), ou muitas vezes, indica-se o plural por meio de um artigo, estando os demais termos no singular, fato este verificado nos estudos sobre variações lingüísticas. Entretanto, para a língua falada, houve a comunicação entre o emissor e o

receptor. Ao se verificar tal construção, sintaticamente, percebe-se que nem sempre obedece aos padrões gramaticais. Ora, se houve uma comunicação, não há necessariamente erro, pois se isso ocorresse, não haveria nem comunicação. Existem sim problemas de construção, segundo os critérios gramaticais.

Cada constituinte de uma frase possui certos traços os quais possuem certas restrições. Essa delimitação de caráter universal sobre o emprego desses constituintes é que deve ser obedecida na construção sintática. Para isso, a restrição de transitividade é um recurso com o propósito de verificar a aceitabilidade ou não da respectiva oração.

(51)* Nós morei em Santa Maria.

Nessa frase, o SN “nós” não está em relação de concordância com o Ndp, portanto não pode funcionar como sujeito da oração. Verifica-se então que se trata de um OD topicalizado. Mas a transitividade do verbo “morar” não aceita objeto direto o que a torna inaceitável. Outro ponto a destacar, nessa oração, é que o próprio verbo acusa por meio de sua desinência que há um “sujeito”, mas que não se encontra em nível oracional. Sobre esse fato, Perini (2000) acrescenta ser redundante a utilização do pronome, visto que já está marcado o agente da ação no verbo. Esse assunto será tratado posteriormente.

Restrição de caso (RC)

A restrição de caso apresentada por Perini (2000) é a seguinte: “os pronomes pessoais têm formas especializadas quando desempenham a função de OD; nenhuma outra forma desses pronomes pode desempenhar essa função” (p. 190). Como já foi salientado, são os pronomes oblíquos átonos e os pronomes relativos que podem ocupar a função de OD. Se, em uma frase, ocorrer o emprego de um pronome pessoal reto como OD, a frase não será aceita, pois não obedece à restrição de caso.

Outro problema é o que ocorre em frases como

(52) *Pedro ganharam os cachorros.

Analisando a frase acima, o elemento em concordância com o verbo é ‘os cachorros’, sendo, portanto, o provável sujeito da oração. Entretanto, não é aceita essa análise devido a outras restrições existentes na estrutura frasal, como as que seguem:

- Nem todos os verbos aceitam posposição de sujeito, como é o caso dos verbos transitivos diretos;

- Toda oração possui uma ordem estrutural, ou seja, é formada de SN (sujeito) + SV (predicado), podendo ainda ter um terceiro constituinte: SPae (sintagma preposicionado adverbial externo – tradicional adjunto adverbial de nível oracional). Qualquer alteração deve obedecer a alguns critérios como: a) colocação da frase na ordem indireta (SV + SN). É o caso do sujeito posposto; b) Anteposição do objeto direto, sendo obrigatório o emprego de vírgulas para marcar a mudança da ordem frasal; c) Movimentação livre do terceiro constituinte com indicação, em geral, por meio de vírgulas.

A partir desses dados e os já salientados, é possível definir dois objetos diretos na frase (52), pois o verbo é transitivo direto e não admite a posposição do sujeito. O SN ‘os cachorros’, único sintagma em concordância com o verbo, não pode ser sujeito devido às restrições existentes, passando a ser um complemento do verbo. Além disso, há o SN ‘Pedro’ que possui os traços de OD topicalizado. Há dois motivos de inaceitabilidade da frase (52): a existência de dois objetos diretos e o emprego de um OD topicalizado sem uso de vírgula.

O tradicional sujeito oculto

Segundo Perini (2000), a classificação dada ao sujeito oculto não ocorre da forma apresentada.

Em frases como:

(53) Ganhei um carro

cujo sujeito é classificado como oculto, é necessário fazer algumas pressuposições: a) existe um “sujeito” *eu* que, semanticamente, é o agente; b) possui um verbo que exige OD; c) possui um OD não-topicalizado. Pela gramática tradicional, o SN em concordância com o Ndp seria classificado como sujeito simples, caso estivesse explícito o pronome *eu*. Porém, o que se pretende demonstrar é que esse pronome não precisa estar em nível oracional, pois a desinência do verbo indica o agente da oração. Nesse caso, não haveria um sujeito, mas um agente definido pelo verbo. Inserir o SN (*eu*) é redundante, pois já está marcada a pessoa pela desinência número-pessoal presente no verbo “ganhar”, bem como em todos os casos em que são classificados, tradicionalmente, como sujeito oculto.

METODOLOGIA

O *corpus* é constituído de provas de Língua Portuguesa aplicadas nos vestibulares de quatro instituições de ensino superior na cidade de Santa Maria – RS, nos cinco últimos vestibulares, que passarão a ser definidas como instituição A, B, C e D. Dessas provas, foram selecionadas as questões relativas à concordância para fins de análise quanto aos critérios utilizados, verificando-se qual a abordagem metodológica seguida, a partir do gabarito divulgado pelas instituições na época da realização.

Após selecionadas as questões, foi realizada sua análise e conseqüente estudo das alternativas, aplicando-se a metodologia em discussão no presente trabalho. Todos os dados apresentados se referem à prova de Língua Portuguesa. Em seguida, com base na opção certa, fez-se um contraponto entre as teorias estudadas e apontados problemas de conceituação, ocasionados pelas incoerências gramaticais existentes, principalmente, segundo a visão tradicional.

ANÁLISE DO CORPUS

Na prova do Vestibular 2003 da instituição A, as questões de Língua Portuguesa foram retiradas de um texto. Das dezesseis questões solicitadas, apenas uma se refere indiretamente à concordância, como segue:

Questão 12

Não está(ão) corretamente analisado(s) o(s) seguinte(s) termo(s) em destaque:

- a) “Sustentar nossos sonhos” (l. 43 a 44) (complemento nominal)
- b) “que se movimenta internamente” (l.2) (adjunto adverbial)
- c) “algo que flui” (l. 2) (sujeito)
- d) “dando a devida proporção aos tropeços, mistérios e sucessos da vida” (l. 44 a 45) (objeto indireto)
- e) “tem a ver com disposições e reações emocionais” (l. 2 a 3) (adjunto adnominal)

Para responder a esta questão, o vestibulando necessita conhecer a estrutura sintática de cada frase, verificando o sujeito, o verbo, seus complementos e adjuntos. Dessa forma, indiretamente, estará revisando os conceitos sobre concordância, pois, principalmente na alternativa “c”, deverá verificar o sujeito, o predicado e a concordância com o pronome relativo.

Retomando toda a frase desta alternativa, conforme o texto, tem-se: “A palavra “humor” vem do latim “humore” e significa algo que flui, que se movimenta internamente”(p. 4). Esse período pode ser assim desmembrado, partindo-se da estrutura profunda, o que facilita a análise:

- (i) A palavra “humor” vem do latim “humore”.
- (ii) (A palavra humor) Significa algo ESPECIFICADO.
- (iii) Algo flui.
- (iv) A palavra “humor” vem do latim “humore” e (A palavra humor) significa algo (algo) flui.
- (v) A palavra “humor” vem do latim “humore” e significa algo que flui.

Em (ii), o sintagma nos parênteses significa que não está em nível oracional, mas é recuperado pelo contexto e está marcado na desinência verbal, mantendo uma relação de concordância. O termo ESPECIFICADO determina a posição em que será encaixada a oração relativa (iii). Com essa visão, que remete à gramática descritiva, o vestibulando facilmente verificará que o pronome “que” retoma a palavra “algo” a qual funciona como sujeito do verbo fluir. Com isso, a interpretação dada à alternativa “c” está correta. Acompanhando o gabarito da prova, a alternativa correta da questão 12 é a letra “a”, confirmando a regra sobre o emprego do pronome relativo e que há relação de concordância entre o termo antecedente ao pronome e o verbo. Dessa forma, o pronome relativo pode funcionar como sujeito da oração se estiver em relação de concordância com o verbo, além de indicar, semanticamente, a relação entre o sujeito e o verbo, pois são os elementos obrigatórios da oração. Na frase citada anteriormente, o verbo “fluir” está no singular, assim como o termo retomado pelo pronome relativo. A questão em referência obedece à regra geral de concordância da gramática tradicional, bem como as definições dadas por Perini (2000).

No Vestibular/99 da instituição B, das vinte e três questões de Língua Portuguesa apenas uma solicita a classificação de sujeito e predicado da oração. A questão é a seguinte:

17. O período a seguir apresenta cinco substantivos sublinhados, um dos quais integra o sujeito de uma das orações do período. Identifique-o, assinalando a letra correspondente.

Nesta edição, 44 diferentes empresas escolheram as páginas de

a)

b)

c)

Veja para divulgar seus produtos e serviços.

d)

e)

Nessa frase, é possível eliminar a letra a) por dois motivos: o uso da preposição e o emprego da vírgula. Ao ser usada a ordem direta da frase, não se separa o sujeito e o verbo com vírgulas. Isso também ocorre na ordem inversa, pois a posposição do sujeito ocorre sem uso de vírgulas. Nessa alternativa, há o emprego da vírgula, desobedecendo à norma. Já na alternativa b), o substantivo ‘empresas’ está flexionado em número, indicando plural, estando em relação de concordância com o verbo ‘escolheram’, com o qual mantém não só semelhanças sintáticas, como também semânticas, pois são as ‘empresas’ – personificadas – que praticaram a ação de escolher. É um exemplo que segue os padrões gramaticais normativos, obedecendo às regras gerais de concordância, sem apresentar dificuldades nem exceções.

Na alternativa c), o substantivo ‘páginas’ claramente é utilizado como complemento verbal, pois a regência do verbo determina um complemento, obedecendo à ordem direta da frase. Embora esteja no plural, concordando aparentemente com o verbo, não há relação semântica possível para funcionar como sujeito do verbo “escolher” ao qual o termo está relacionado. Quanto às alternativas d) e e), ambas são complementos verbais do verbo “divulgar”. Pelas regras de concordância, haveria a possibilidade deste verbo concordar com o elemento mais próximo, ou seja, ‘seus produtos’, visto que se trataria de um sujeito composto posposto. Mas, para isso, o verbo deveria estar no infinitivo flexionado, devido ao primeiro termo encontrar-se no plural. Além de problemas sintáticos, não há relação semântica entre os termos ‘produtos’ e ‘serviços’ com o verbo “divulgar” para que funcionem como sujeitos. Isso somente poderia ocorrer na voz passiva, o que não acontece na respectiva frase.

O gabarito apresenta a alternativa b) como correta, afirmando que o substantivo ‘empresas’ funciona como sujeito da primeira oração do período em questão. Isso confirma que, de fato, há uma harmonização entre o sujeito e o verbo, além de demonstrar a importância do binômio sintaxe-semântica em termos de análise frasal.

Quanto ao Vestibular 2003, também da instituição B, dentre as vinte e três questões existentes, foi solicitada uma que inclui conhecimentos sobre concordância. É a seguinte:

9. Observe o período:

“Por maior que seja o aparato de segurança, o Estado jamais poderá garantir que não ocorrerão ataques terroristas” (l. 36-39 do texto “A voz do Povo” – Folha de São Paulo, 17/06/02).

Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) em cada uma das afirmações sobre a organização desse período.

- () A primeira oração poderia ser reescrita, sem prejuízo do sentido global do período, como: Mesmo que o aparato de segurança seja muito grande (...).
- () O sentido da locução verbal da oração principal – “poderá garantir” – é complementado por um objeto direto em forma de oração.
- () A terceira oração, iniciada pela conjunção integrante “que”, não possui sujeito.

A seqüência correta é

- a) F – V – F.
- b) V – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) V – F – V.

A primeira afirmação é de caráter semântico, pois questiona se há mudança de sentido com a reescritura da frase, o que não é verdade. Com a alteração ocorrida na frase, não houve prejuízo de sentido, visto terem sido usados operadores argumentativos semelhantes. Portanto, a afirmativa é verdadeira.

Quanto à segunda afirmação, o vestibulando precisa ter conhecimentos sobre regência verbal, pois terá que interpretar a locução verbal, apontando o verbo principal e sua transitividade. Assim reconhecerá que o complemento verbal está em forma de oração ‘não ocorrerão ataques terroristas’. A alternativa é verdadeira. Segundo a gramática descritiva, a frase pode ser analisada a partir da estrutura profunda, sendo apontada a existência de três orações, como se segue:

- (i) O Estado jamais poderá garantir ISTO.
- (ii) Não ocorrerão ataques terroristas POR UM MOTIVO.
- (iii) Ser maior o aparato de segurança.

A pró-forma (termo que marca a posição a ser encaixada uma oração) ‘ISTO’ indica a posição que a oração (ii) ocupará, a qual já está definida como complemento verbal por se tratar de uma completiva ou substantiva, conforme a gramática tradicional. Já a pró-forma ‘POR UM MOTIVO’ marca a posição da oração circunstancial a ser encaixada. Com o emprego das pró-formas, o vestibulando possui condições de definir a função sintática da oração.

Na terceira asserção, afirma-se que não há sujeito na oração ‘que não ocorrerão ataques terroristas’. Em primeiro lugar, há um sintagma nominal (SN) em relação de concordância com o sintagma verbal (SV), visto que ambos estão no plural. Em segundo lugar, a frase pode estar na ordem direta (não possuindo sujeito) ou na ordem indireta (tendo como sujeito a expressão ‘ataques terroristas’) o que pode confundir o aluno. Em terceiro lugar, é preciso conhecer a regência do verbo ocorrer.

Sabendo-se que há relação de concordância entre sintagma nominal ‘ataques terroristas’ e o sintagma verbal ‘não ocorrerão’, que a ordem da frase é indireta (com sujeito posposto) e que o verbo ocorrer é intransitivo, já é possível inferir que, na frase, há sujeito e que o mesmo é o SN ‘ataques terroristas’.

Conforme o gabarito, a alternativa é a letra “b” que confirma o estudo e também as regras gerais da concordância verbal, sem fazer alusões nem empregar algum caso especial de concordância.

No Vestibular 2003 da instituição C, também são utilizados textos na elaboração das questões, como se segue:

02. A que sujeito se refere o verbo ‘comportar’, linha 09?

- (a) estação;
- (b) sete pessoas;
- (c) se;
- (d) três indivíduos;
- (e) módulos.

A oração que apresenta o verbo ‘comportar’, linha 09, está assim apresentada no texto: “A estação deveria abrigar sete pessoas, mas foram eliminados alguns módulos. Hoje só comporta três indivíduos”. Esta última oração possui um sintagma verbal no singular ‘comporta’ e um sintagma nominal no plural ‘três indivíduos’, não havendo relação de concordância entre ambos, o que contraria a regra de concordância. Além disso, o verbo em questão exige um complemento que pode ser o SN ‘três indivíduos’. Para se chegar à resposta, é necessário recuperar o contexto, analisando-se as orações anteriores. Assim, verificar-se-á que o verbo comportar se refere ao sintagma ‘a estação’. Este se encontra no singular assim como o verbo, ambos em harmonia.

O gabarito apresenta a alternativa “a” como correta, confirmando a análise realizada e seguindo o padrão culto da Língua Portuguesa.

Analisando-se o contexto e as transformações ocorridas, a frase tem sua origem da seguinte estrutura profunda:

$\Sigma \begin{cases} \text{A estação deveria abrigar sete pessoas.} \\ \text{Foram eliminados alguns módulos.} \end{cases}$

Hoje (a estação) só comporta três indivíduos.

Nessa estrutura, a marca de coordenação (Σ) indica que há a coordenação entre as frases, que será realizada pelo conetivo adversativo “mas”. A terceira frase, foco de análise da alternativa, apresenta o SN ‘a estação’ que não está em nível oracional, pois já havia sido citado anteriormente. A fim de evitar a repetição de termos, houve o apagamento desse sintagma. Embora não esteja explícito na frase, a marca temporal do verbo e o contexto podem, facilmente, recuperá-lo. Essa análise segue os parâmetros da gramática descritiva em que Perini (2000) destaca a ligação existente entre o sujeito e o verbo, sendo o sujeito o único termo que mantém relação de concordância com o Ndp.

Partindo dessas questões e de suas respectivas análises, cabe ressaltar, neste trabalho, o abandono da concordância verbal que, em doze provas de vestibulares de quatro instituições de ensino, nos últimos cinco anos, foram encontradas apenas quatro questões, algumas de forma indireta. Na instituição D, das duas provas examinadas, não foi encontrada nenhuma questão sobre concordância. As questões solicitadas, nas provas de vestibulares, em geral, discutem aspectos semântico-pragmáticos, o que pode caracterizar a dificuldade que os próprios professores encontram no ensino de sintaxe, principalmente, no que diz respeito à concordância verbal.

CONCLUSÕES

A partir dos estudos contemporâneos, principalmente no último século, intensificou-se a busca de “soluções” para as incoerências e falta de consistência teórica da gramática tradicional, como atesta Perini (2002). Surge a gramática descritiva, além de outras, com o propósito de apresentar novos parâmetros de análise, partindo-se de um nível maior de abstração - a estrutura profunda, em que se tentam descrever todas as transformações ocorridas nas frases.

Neste estudo, verificou-se que, realmente, há incoerências e uma certa inconsistência teórica na gramática tradicional, à medida que um conceito nem sempre retrata o que diz, como é o caso do sujeito e predicado. Uma vez que se argumenta que a concordância verbal se realiza entre o sujeito e o predicado, não deveriam existir possibilidades como a do verbo

concordar com o predicativo, como é o caso do verbo “ser”, cuja concordância ocorre em geral com o predicativo.

Outro ponto é que o sujeito não pode ser preposicionado, mas em várias expressões como “quais de vós”, “alguns de nós” o verbo pode concordar tanto com o pronome indefinido como com o pronome pessoal. Porém, este é preposicionado o que contraria o principal conceito de concordância e, até mesmo, de morfologia.

Nas questões apresentadas, verificou-se a superficialidade dos estudos, exigindo-se apenas as regras gerais, além da quase inexistência de questões sobre concordância verbal. Isso mostra a dificuldade que se enfrenta no ensino de sintaxe da Língua Portuguesa devido aos conflitos da normativa e à dificuldade de sua compreensão. As que apresentam baseiam-se nos estudos da gramática histórica, entre outros estudos antigos. Talvez essa constante imposição de casos especiais e exceções esteja voltada para o uso freqüente da língua falada e posterior definição como regra gramatical. Mas, se são incorporados novos conceitos, é necessária a revisão dos anteriores para que não haja conflito entre as teorias existentes.

Melo (1967) defende que os gramáticos impõem regras estruturais em um universo lingüístico que dá preferência à estilística, à argumentação, à expressão, muitas vezes sem a fundamentação da filologia. Esta sim deveria indicar quais os caminhos a serem seguidos para a normatização de uma língua, apontando o porquê de tal construção diante “da grande riqueza de formas e liberdade de construção que ostenta a língua portuguesa” (p. 162). Semelhante proposta foi vista em Lapa (1979) que destaca a “oposição” existente entre a estilística e os gramáticos, também enfatizando a expressividade lingüística como recurso a ser seguido.

Nesses termos, acreditamos que a imposição de normas e exceções tornará cada vez mais problemático o ensino da Língua Portuguesa. Talvez devêssemos conciliar o estudo das diversas gramáticas para um fim comum: tornar menos complexo o ensino da sintaxe da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Concordância verbal**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio

Amado. (Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo, 1978), 1965.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 10. ed. Coimbra: Coimbra editora, 1979.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Para uma nova gramática do português**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PONTES, Eunice Souza Lima. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Edição melhoramentos, 1965.